

‘Nem Uma a Menos’: protesto contra o machismo em Buenos Aires reúne milhares

Manifestantes pediram o fim da violência de gênero e também protestaram contra política econômica do presidente da Argentina, Mauricio Macri.

[\(G1, 03/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As manifestações contra o machismo “Nem uma a Menos” reuniram milhares de mulheres em Buenos Aires, nesta segunda-feira (3). A marcha passou pelas principais ruas da capital da Argentina até chegar à frente do Congresso Nacional argentino. É o [quinto ano consecutivo](#) que o protesto toma as ruas da cidade.

Segundo o “Clarín”, as manifestantes pediram a legalização do aborto na Argentina e a inclusão de disciplinas sobre educação sexual nas escolas do país.



Protesto 'Nem Uma a Menos' reuniu milhares em Buenos Aires, Argentina (Foto: Emiliano Lasalvia/AFP)



Ativistas participam de movimento 'Nem uma a menos' em Buenos Aires

(Foto: Agustin Marcarian/Reuters)



Protesto 'Nem Uma a Menos' reuniu milhares em Buenos Aires, Argentina
(Foto: Agustin Marcarian/Reuters)



Nora Cortinas (segunda à esquerda), co-fundadora das Mães da Praça de Maio, participa de manifestação 'Nem Uma a Menos' em Buenos Aires, Argentina (Foto: Emiliano Lasalvia/AFP)

Elas também se posicionaram contra o programa econômico do presidente [Mauricio Macri](#) e chamaram a dívida argentina com o [Fundo Monetário Internacional \(FMI\)](#) de “fraudulenta” e “ilegítima”.

Pelo Twitter, Macri afirmou que o movimento “iniciou uma mudança profunda na sociedade” e pediu aos poderes que “estejam comprometidos e trabalhando juntos pela igualdade e contra a violência de gênero”.

“Pedimos por uma Justiça que, com perspectiva de gênero, garanta punição a todos os culpados e que se repare as vítimas [de violência de gênero]”, disse.

Ni Una Menos empezó un cambio profundo en nuestra sociedad. Para cumplir necesitamos que los tres poderes y cada nivel de gobierno estén comprometidos y trabajando juntos por la igualdad y contra la violencia de género.

— Mauricio Macri (@mauriciomacri) [3 de junho de 2019](#)

ONU Mulheres busca unir forças de todos os setores para o fim dos feminicídios na América Latina e Caribe

Chamado da ONU Mulheres ocorre durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres em âmbito global. Sob o lema “Pelo fim dos feminicídios”, a ONU Mulheres faz um chamado de urgência a todos os setores da região

[\(ONU Brasil, 06/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

No marco dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a ONU Mulheres faz um chamado de urgência aos Estados, instituições públicas e privadas, assim como a sociedade em geral, para unir forças e acabar com os feminicídios na América Latina e Caribe: Pelo fim do feminicídios. Durante esta quinta-feira (7/12), a ONU Mulheres promoverá ação digital nas redes sociais, no Brasil e nos demais países da América Latina e Caribe, para chamar a atenção para o problema.

A violência contra as mulheres é a violação mais generalizada dos direitos humanos. E o feminicídio é a sua expressão extrema. Quatorze dos 25 países do mundo com taxas mais elevadas de feminicídio estão na América Latina e Caribe. Estima-se que 1 em cada 3 mulheres maiores de 15 anos tenha sofrido violência sexual, o que alcança a categoria de epidemia de acordo com a Organização Mundial da Saúde [1]. O feminicídio e a violência sexual estão ligados à segurança cidadã deficitária, à impunidade generalizada e à cultura machista que desvaloriza as mulheres.

A região apresenta maior taxa de violência sexual fora das relações íntimas em âmbito global e a segunda maior taxa de violência por parte de parceiro

íntimo ou ex-parceiro (OMS, 2013). Outros dados revelam que 3 dos 10 países do mundo com altas taxas de violência sexual contra mulheres e meninas estão no Caribe (IDH Caribe PNUD, 2012) [2].

Os marcos normativos da região utilizam indistintamente os termos “femicídio” e feminicídio” para se referir à morte violenta de mulheres por razões de gênero, diferenciando-se do conceito neutro em termos de gênero do homicídio.

No desenvolvimento dos conceitos, a investigadora mexicana Marcela Lagarde cunhou o termo “feminicídio” e o definiu como o ato de matar uma mulher pelo fato da sua pertença ao sexo feminino. Conferiu a este conceito um significado político com o propósito de denunciar a falta de resposta do Estado nos casos e o descumprimento de suas obrigações internacionais de garantia, incluindo o dever de investigar e sancionar [3].

De acordo com os dados da CEPAL, em 2016, foram registrados 1.831 casos de feminicídio em 16 países [4] da América Latina e Caribe, enquanto que em 2015 foram registrados 1.661. Entre os anos 2010 e 2014, foram registrados, a cada ano, cerca de 1.000 feminicídios.

No entanto, esses dados não refletem os índices de alguns países da região, como o Brasil, a Colômbia e o México que registraram um elevado número de casos de feminicídio, inclusive pelas dimensões maiores. A isto se deve somar o subregistro dos casos que não são adequadamente tipificados como feminicídios.

Na América Central, as dimensões são especialmente devastadoras, em que 2 de cada 3 mulheres são assassinadas por razões de gênero (IDH América Central PNUD, 2009) [5].

Embora existam avanços legislativos em 16 países com leis que tipificam o feminicídio [6], mecanismos institucionais de políticas para as mulheres e avanços em matéria legislativa que protegem os direitos das vítimas e sobreviventes da violência, isso não tem sido suficiente para garantir a segurança e a proteção das mulheres e meninas latino-americanas e caribenhas.

Faltam dados de qualidade, recursos orçamentários para a implementação das políticas públicas, continuidade e coordenação das políticas e planos nacionais, acesso à justiça com visão de impunidade zero e mudança nos padrões culturais patriarcais que naturalizam a violência contra as mulheres da região.

A ONU Mulheres reitera o seu compromisso de continuar trabalhando com os governos, a sociedade civil, o poder judiciário e as vítimas da violência contra as mulheres para acabar com a violência de gênero. A ONU Mulheres condena todas as violências contra mulheres e meninas por razões de gênero e a sua solidariedade com as famílias, amigas e amigos das mulheres que foram assassinadas na América Latina e Caribe.

Essas ações requerem o esforço de todos os setores, e este chamado é urgente, porque a morte violenta de cada mulher é um passo atrás no desenvolvimento da região. Pelo fim dos feminicídios.

[1] Compreender e abordar a violência contra as mulheres. Femicídio. Washington,DC: Organização Panamericana de Saúde, 2013.

[2] Relatório de Desenvolvimento Humano do Caribe, “Desenvolvimento Humano e mudança até uma melhor segurança cidadã”, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2012.

[3] Modelo de protocolo latino-americano de investigação de mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio), OACNUDH - ONU.

[4] A Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, Suriname, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana de).

[5] Relatório Humano da América Central, PNUD, 2009.

[6] Fonte: <https://oig.cepal.org/es/indicadores/feminicidio>